

DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA: AS COMISSÕES DE FÁBRICA DA COBRASMA

Adilson José Gonçalves*

COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo, Annablune, 2003.

A ditadura militar no Brasil se instaura sob a égide da Doutrina da Segurança Nacional, perfeitamente articulada aos princípios da guerra fria, apontando para o significado do país no contexto das políticas americanas para o continente sul-americano. Perspectiva que encontra ressonância na incapacidade da burguesia de administrar o Estado, na sua busca de conter os movimentos sociais e de garantir a reprodução do capital dentro do modelo dependente e associado, ante as pressões dos movimentos sociais emergentes e a luta pela efetiva democratização da sociedade pré-64.

Assim, todas as manifestações dos segmentos organizados que se contrapunham aos ditames do Estado ditatorial foram reprimidas de forma violenta. No entanto, há nuances e temporalidades distintas nas articulações do poder e nas suas formas de expressão. Podemos identificar grupos diferenciados entre os militares, destacando-se uma perspectiva mais liberal representada pelos donos do poder até finais de 1967 e uma linha identificada como mais dura, que se torna hegemônica a partir de 1968.

Ari Macedo, mestre em história e jornalista, escreve o livro *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência* no âmbito da história da cultura; evidencia o mundo do trabalho valendo-se de um estudo de caso exemplar, para refletir sobre as formas de organização e luta dos operários no período, trazendo a lume as intrincadas relações de poder no âmbito do Estado e nas particularidades das organizações da sociedade civil, apontando, ainda, para as questões de cotidianidade e de gênero.

A escolha do objeto de investigação é muito feliz, na medida em que conta com a possibilidade de lidar com a articulação de diversos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, podendo perfilar um momento altamente significativo destas lutas.

O movimento da Cobrasma é expressivo, pois, além de a empresa ser a maior produtora de materiais ferroviários da América Latina, aponta para inúmeras mudanças na trajetória das ações operárias e atinge o ápice na articulação da greve de 1968, que condiz com os movimentos expressivos do período em escala internacional, expressos pela associação entre o operariado e a participação efetiva de estudantes e outros segmentos organizados, tendo como especificidade a luta contra a própria ditadura. Isto não quer dizer que o trabalho é linear, ao contrário, lida com a descontinuidade, com as rupturas, as permanências, mas não deixa de evidenciar a que veio, ou seja, destacar as particularidades e a abrangência da greve de 1968.

A leitura do texto é altamente instigante não só pela temática, mas por ser o resultado de pesquisa bem direcionada e de fôlego. Por ser complexo o movimento, trata de uma multiplicidade de fontes para dar voz aos diversos segmentos e agentes envolvidos: imprensa, documentação sindical e de entidades parassindicais (Frente Nacional do Trabalho e Movimento Intersindical Antiarrocho, por exemplo), entrevistas com os comprometidos com o movimento, sejam eles lideranças, da base, do poder estatal ou da oposição – compondo um rico mosaico de linguagens e registros que consegue trazer à luz as intrincadas malhas e tessituras do movimento. Na realidade, estabelece-se um diálogo entre os registros e os diversos agentes sociais que participaram das tramas da história inventariada.

O trabalho é composto de três capítulos que analisam a trajetória do movimento da Cobrasma, tendo como balizas cronológicas 1962 e 1968. A primeira diz respeito à instalação das Comissões de Fábrica, e a última, à eclosão e repressão da greve. Interessante destacar que o percurso das mobilizações dos operários traz como inflexão suas múltiplas relações com as formas de luta das demais categorias e entidades sociais antes e depois do golpe militar, apontando para permanências e rupturas. Inúmeras as perspectivas de leitura do texto. Talvez um recorte interessante para análise sejam as Comissões de Fábrica e sua articulação como movimento mais amplo de contestação do instituído.

As Comissões de Fábrica que surgem têm como objetivo organizar os operários nos seus locais de trabalho; têm, pois, condições de lidar com o cotidiano das relações entre empresa, os diversos níveis da sua hierarquia e a própria base, além de proporcionar um exercício fecundo de formação permanente. A proposta da organização conta com a presença de integrantes da FNT, que cria uma subsede em Osasco. Os frentistas, como são conhecidos no movimento operário, têm orientação cristã, defendem a co-gestão a partir das Comissões, a participação nos lucros da empresa, a negociação direta com o empregador – fatores que os colocam na mira dos pelegos e dos comunistas, pois propõem uma práxis sindical diferenciada e diferenciadora. Neste primeiro momento de organização dos

trabalhadores de Osasco e do novo Sindicato que lá se instala, a FNT desempenha um papel de destaque, disputando espaços e territórios para expressar suas formulações e proposições com as lideranças tradicionais. É vista como legalista por muitos, pois atua na esfera jurídica, mas como estratégia para ampliar direitos, desmascarar convenções e justificar a ampliação das lutas, elementos que nem sempre são claramente percebidos por alguns pesquisadores; em alguns momentos, Ari Macedo resvala na análise da FNT nesta perspectiva.

As Comissões de Fábrica se expandem para diversos segmentos da classe operária, representando um papel significativo nas suas formas de luta e resistência, principalmente após o golpe militar que limitou sobremaneira a ação dos sindicatos e demais movimentos organizados que tinham maior visibilidade. A Comissão de Fábrica da Cobrasma vai se enraizando e se transformando durante o período do estudo. Seus agentes e aqueles a eles vinculados são protagonistas e, ao mesmo tempo, alvo privilegiado dos sindicatos, do movimento estudantil, dos intelectuais e das organizações guerrilheiras do pós-64.

O movimento da Cobrasma, na sua longa trajetória de descontinuidades, encaminha-se para as problemáticas de fundo do período. A partir das questões sindicais, propriamente ditas, em função da política de arrocho salarial e pela repressão sistemática aos movimentos organizados perpetrada pelo Estado, novas formas de luta e resistência emergem. Os sindicatos sob intervenção pouco podem fazer em termos de organização, ensejando a articulação do MIA – visto pelo Ministério do Trabalho como entidade ilegal, que poderia se transformar em organizações similares àquelas destroçadas pela ditadura, por exemplo, o CGT.

Com o MIA, há a possibilidade de uma maior articulação entre diversos segmentos do operariado que, pelas Comissões de Fábrica, tentam lutar por melhores condições de vida e trabalho sob o arbítrio, momento de expressão das ações da FNT. Quando do apontamento das ações do MIA, o autor faz um balanço e inventário do significado do arrocho salarial traduzidos em tabelas, percentuais e comparações da cesta básica e custo de vida, que mostram uma dimensão inquestionável dos rumos da política econômica do regime militar (pp. 68-75).

Na realidade, o texto trata de formas de luta e resistência não só no âmbito da macropolítica, mas da micro. A luta é de oposição aos sindicatos oficiais, dentro das fábricas e no cotidiano. Em 1967, articula-se em Osasco uma chapa de oposição para concorrer às eleições sindicais, composta por estudantes, operários estudantes, oriundos das Comissões de Fábricas e integrantes da Frente.

Como Perus, movimento dirigido pela FNT e que a engendrou, o de Osasco passa a ser visto como foco de subversão e é alvo sistemático da repressão e das atenções dos

aparatos de inteligência do sistema. Diferentemente do anteriormente citado, é uma parcela do chamado grupo de Osasco que detém o Sindicato no período da articulação do movimento de 1968, que compõe os quadros das organizações guerrilheiras do país. As dissidências entre o grupo de Osasco e a FNT se fazem claras, devido ao caráter cada vez mais contestatório do movimento à própria ditadura, por sua política econômica, de controle dos sindicatos e de cerceamento das liberdades democráticas. A ameaça de intervenção no Sindicato de Osasco é iminente (p. 77).

Os símbolos do controle do movimento operário são postos em xeque pelos militantes da Cobrasma e o grupo de Osasco, como formas de resistência e contestação do poder instituído. As festividades do 1º de maio conformam-se como um deles. Nas comemorações de 1968, o grupo de Osasco prepara-se para uma ofensiva, organiza-se para contestar o protocolar e instaurar uma situação de luta de fato contra os poderes constituídos, como um signo que anuncia as ofensivas dos novos tempos e novas estratégias de luta.

Nos meios oficiais, há discussões sobre a conveniência da realização do cerimonial com a presença das autoridades, definindo-se Abreu Sodré, então governador de São Paulo, pela presença e coordenação do ato. No entanto, não consegue dar o tom ao dia. Os estudantes e operários inibem sua fala e conseguem ocupar o palanque oficial, dando eles o tom. Marca indelével nas articulações das perseguições e repressão sistemática ao grupo: o movimento de Osasco passa a ser mais visado pela repressão e pelos aparatos de inteligência, ficando cada vez mais evidente seu distanciamento das diretrizes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do dos Bancários, que poderiam ser fortes aliados nos movimentos mais amplos (pp. 85-94). Com os protestos do 1º de maio, o movimento cindese totalmente e, nesse período, gradativamente, o regime militar torna-se mais agressivo.

A greve de julho de 1968, que entra para os anais da história como o grande movimento inovador no decênio, é gestada no interior do grupo, sem conhecimento dos frentistas. A chave da articulação é a sistemática da preparação da base sem conhecimento de outras lideranças. A idéia é não fazer a tramitação pelos cânones definidos pela regulamentação da lei de greve da ditadura. Visa a tomar vulto, antes que a repressão atinja o movimento e os segmentos expressivos do operariado. Com a greve dos operários de Osasco, almeja-se a dilatação para uma greve geral que ponha em discussão os próprios fundamentos da ditadura.

A greve de julho de 1968 aparece descrita e analisada de maneira pormenorizada no terceiro capítulo do trabalho. São evidenciados os antagonismos e posições dos grupos envolvidos, o cotidiano na fábrica e fora dela, as articulações com os agrupamentos políticos mais expressivos dos movimentos sociais, objetivando atingir os fins pragmáticos, ou seja, as reivindicações protocolares e a ampliação destas até a derrocada da ditadura.

A senha para o início da greve é um apito na Cobrasma; a fábrica é paralisada e ocupada pelos operários. Na madrugada do mesmo dia, a repressão desestabiliza totalmente o movimento; parte da liderança é presa, torturada, outros conseguem fugir para o interior e outros estados, e alguns ingressam nos movimentos guerrilheiros.

O autor enfatiza a questão de que, apesar da duração de um só dia, a forma de organização é um alento e marco na trajetória dos movimentos sociais, que só pôde ser recuperado dez anos depois, nos movimentos articulados no ABC, o chamado Novo Sindicalismo.

O trabalho suscita muitas questões, é polêmico e deve ser apreciado por todos que se interessam pelas lutas sociais no período da ditadura militar.

Nota

* Professor Doutor do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.